

Relatório

# Registo de descrição

Data relatório

2024-05-14

Registo

PT/MMLG/JFMLG09 - Junta de Freguesia de Lamas do Mouro

|  |  |
|--|--|
| <b>Nível de descrição</b>                          | F  |
| <b>Código de referência</b>                        | PT/MMLG/JFMLG09  |
| <b>Tipo de título</b>                              | Formal   |
| <b>Título</b>                                      | Junta de Freguesia de Lamas do Mouro   |
| <b>Datas de produção</b>                           | 1900 - 2013  |
| <b>Dimensão e suporte</b>                          | Digital  |
| <b>Entidade detentora</b>                          | Município de Melgaço   |
| <b>História administrativa/biográfica/familiar</b> | <p>Órgão executivo colegial de Freguesia criado como unidade administrativa pelo Governo Provisório em 1830. Até 1916, manteve-se com a designação de Junta de Paróquia, data em que, a lei n.º 261 de 23 de Junho, lhe confere a denominação oficial de freguesia, passando a designar-se Junta de Freguesia de Lamas do Mouro. Ao longo dos anos de existência deste órgão foram-se verificando alterações significativas na composição, na forma de eleição e funções desempenhadas. No que toca a eleição dos membros, em 1840 por exemplo surge uma lei que determina que a escolha do regedor é feita pelo Governo sem intervenção local, por sua vez, em 1842 o pároco é em simultâneo o presidente da Junta, em 1878, o regedor passa a ser nomeado pelo Governo Civil e a Junta eleita diretamente. No código administrativo de 1895, a figura de presidente da Junta volta a ser o Pároco. Relativamente às funções, em 1842, exercia apenas a administração das fábrica da igreja e dos bens paroquiais, sendo os regedores meros delegados do Administrador do Concelho, em 1878, acrescem a essa função as contribuições paroquiais e a construção, conservação e taxas de cemitérios. Em 1886, compete-lhe, ainda, a reparação de caminhos vicinais, pleitos, contratos de obras e arrendamento. O código administrativo de 1895, acrescenta-lhe as funções de administração de celeiros, construção de fontes e caminhos, plantação de matas, corte de lenhas, nomeação e suspensão dos empregados paroquiais, orçamentos, dotação dos serviços, fixação das despesas e empréstimos, arrolamento e ajuda de pessoas carenciadas. Finalmente em 1896, passam a administrar também as instituições de beneficência, e a fazer o lançamento de derramas.</p> |